

# Comperj Poliolefinas S.A.

CNPJ Nº 10.686.018/0001-42 – Empresa do Sistema Petrobras

## RELATÓRIO ANUAL 2012

### 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório das Atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 da Comperj Poliolefinas S.A. acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes.

### 2. DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

O COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) tem como objetivo produzir matérias-primas e produtos de maior valor agregado, em bases competitivas internacionais, contribuindo para o crescimento do mercado petroquímico brasileiro. Sua magnitude e importância para o País o levaram à inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A implantação do projeto petroquímico do COMPERJ está alinhada ao objetivo estratégico da Petrobras de ampliar a sua participação no setor petroquímico associada minoritariamente a capitais privados, atuando no setor de forma integrada aos demais negócios do Sistema.

No âmbito do Complexo, a COMPERJ POLIOLEFINAS S.A. prosseguiu no desenvolvimento dos projetos de produção dos petroquímicos básicos e poliolefinas.

### 3. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, aos nossos fornecedores, parceiros, força de trabalho, comunidades da região, sociedade em geral e ao Governo Federal, Estadual e Municipal pelo apoio, confiança e reconhecimento que nos conferiram durante o ano de 2012. Este apoio foi fundamental para a realização da nossa missão.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ CARLOS COSENZA

Presidente

CLAUDIO ROMEO SCHLOSSER  
Conselheiro

PAULO CEZAR AMARO AQUINO  
Conselheiro

#### DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO  
Diretor-Presidente

LAERTE ROCHA PIRES  
Diretor

SERGIO MARTINS BEZERRA  
Diretor

## BALANÇO PATRIMONIAL

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	2.359	2.446
Impostos e contribuições a recuperar.....	5.1	119	78
Outras contas a receber.....		68	50
		<u>2.546</u>	<u>2.574</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Impostos a recuperar.....	5.2	55.112	55.112
<b>Imobilizado</b>	6	593.654	593.620
<b>Total do ativo</b>		<u>651.312</u>	<u>651.306</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>			
Fornecedores.....		27	70
Impostos e contribuições a recolher.....	5.3	24	5
Dividendos propostos.....	8.3	7	34
Outras contas a pagar.....		34	—
		<u>92</u>	<u>109</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social.....	8	651.075	651.075
Reserva Legal.....		22	20
Reserva retenção de lucros.....		—	102
Dividendo adicional proposto.....		123	—
		<u>651.220</u>	<u>651.197</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>651.312</u>	<u>651.306</u>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2012	2011
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas.....		(154)	(150)
Despesas tributárias.....		(4)	(5)
<b>Resultado antes das receitas financeiras e variações monetárias e cambiais</b>		(158)	(155)
Receitas financeiras.....	3.4	191	336
Variação monetária/cambial.....		6	7
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<u>197</u>	<u>343</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>39</u>	<u>188</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente.....	5.4	(9)	(45)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>30</u>	<u>143</u>
<b>Resultado por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$</b>		<u>0,45</u>	<u>2,20</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>	308.676	13	—	190	—	308.879
Aumento de capital.....	342.399	—	—	—	—	342.399
Dividendo adicional pago.....	—	—	—	(190)	—	(190)
Lucro líquido do exercício.....	—	—	—	—	143	143
Destinações:						
Reserva legal.....	—	7	—	—	(7)	—
Reserva retenção de lucros.....	—	—	102	—	(102)	—
Dividendos propostos.....	—	—	—	—	(34)	(34)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>651.075</u>	<u>20</u>	<u>102</u>	<u>—</u>	<u>30</u>	<u>651.197</u>
Lucro líquido do exercício.....	—	—	—	—	—	30
Destinações:						
Reserva legal.....	—	2	—	—	(2)	—
Dividendos propostos.....	—	—	(102)	123	(28)	(7)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>651.075</u>	<u>22</u>	<u>—</u>	<u>123</u>	<u>—</u>	<u>651.220</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2012	2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício.....	30	143
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Diminuição/(Aumento) de impostos e contribuições a recuperar.....	(41)	6
Diminuição/(Aumento) de outras contas a receber.....	(18)	103
Diminuição de contas a pagar - empresas do sistema.....	—	(14.814)
Diminuição de fornecedores.....	(43)	(662)
Diminuição de impostos e contribuições a recolher.....	(15)	(132)
(Diminuição)/Aumento de outras contas a pagar.....	34	(33)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<u>(53)</u>	<u>(15.389)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos.....	(34)	(253)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<u>(34)</u>	<u>(253)</u>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(87)</u>	<u>(15.642)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro.....	2.446	18.088
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro.....	<u>2.359</u>	<u>2.446</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2012	2011
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Serviços de terceiros e outros.....	(154)	(150)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>(154)</u>	<u>(150)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias.....	197	343
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>43</u>	<u>193</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Impostos, taxas e contribuições.....	13	50
<b>Acionistas</b>		
Lucros retidos.....	2	109
Dividendos propostos.....	28	34
	<u>43</u>	<u>193</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

### 1 A SOCIEDADE E SUAS OPERAÇÕES

A Comperj Poliolefinas S.A. ("Sociedade") foi constituída em 5 de fevereiro de 2009 como uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a operação de complexos petroquímicos, incluindo o desenvolvimento de estudos e projetos, atividade de produção, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo, seus derivados e correlatos. A planta da Sociedade está em fase de construção em Itaboraí - RJ.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Encontra-se em estudo uma possível aprovação do processo de incorporação das Empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

### 2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2013.

#### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

#### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### 2.5 Reclassificações de períodos anteriores

Para melhor comparabilidade com o período atual foi efetuada transferência de PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$ 45.883, que até 2011 faziam parte do saldo do custo de imobilizações em andamento, capitalizados pelo acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, para impostos a recuperar não circulante (Nota Explicativa nº 6).

Estas reclassificações não afetaram o resultado nem o patrimônio líquido da Sociedade.

### 3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### 3.1 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

#### 3.2 Ativos e passivos financeiros

##### 3.2.1 Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

#### 3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

#### 3.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### 3.2.4 Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

#### 3.3 Ativo imobilizado

##### 3.3.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. A depreciação será calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, a partir do momento em que os componentes do ativo imobilizado da Sociedade entrarem em operação.

O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

##### 3.3.2 Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor conjunto de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### 3.4 Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se às receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Durante o exercício de 2012 a Sociedade apurou receitas financeiras no montante de R\$ 191 (R\$ 336 em 2011).

# Comperj Poliolefinas S.A.

CNPJ Nº 10.686.018/0001-42 – Empresa do Sistema Petrobras

## 3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas no Regime Tributário de Transição ("RTT"), que foi instituído pela Lei nº 11.941/09. Com isso esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, cujas bases não consideraram as alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

## 3.6 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Sociedade no respectivo período.

## 3.7 Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

## 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos à vista.....	2	131
Aplicações financeiras - FDIC-NP.....	<u>2.357</u>	<u>2.315</u>
	<u>2.359</u>	<u>2.446</u>

As aplicações financeiras estão representadas por cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados FIDC-NP do Sistema Petrobras. Este fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios realizados e não realizados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira da caixa das empresas do Sistema. Estas cotas são conversíveis em numerário, resgatadas a qualquer tempo, no decorrer do tempo do prazo de duração do fundo. No exercício de 2012 o rendimento deste fundo atingiu 8,41% (11,59% em 2011).

A exposição da Sociedade a riscos de taxas de juros é divulgada na Nota Explicativa nº 10.

## 5 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/A RECOLHER

### 5.1 Impostos a recuperar circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo circulante no valor de R\$ 119 (R\$ 78 em 2011) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

### 5.2 Impostos a recuperar não circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo não circulante no valor de R\$ 55.112, que permaneceu inalterado em relação ao saldo registrado no ano de 2011 (conforme Nota 2.5), refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre os serviços contratados nas obras em andamento.

### 5.3 Impostos a recolher circulante

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto de renda e contribuição social.....	7	2
Imposto sobre serviço retido na fonte.....	16	2
Outros impostos a pagar.....	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>24</u>	<u>5</u>

### 5.4 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	39	188
Alíquota fiscal combinada.....	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada.....	13	64
Outros itens:		
Ajuste de 10% sobre o lucro até R\$ 240.....	<u>(4)</u>	<u>(19)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	<u>9</u>	<u>45</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	<u>9</u>	<u>45</u>
Alíquota fiscal efetiva.....	<u>23%</u>	<u>24%</u>

## 6 IMOBILIZADO

Determinados componentes do ativo imobilizado foram recebidos quando da contribuição de capital de seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, pelo valor de custo contábil, os quais foram formados em conexão com a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Os bens foram aportados em duas etapas: a primeira em 30 de dezembro de 2009 no valor total de R\$ 136.691 e a segunda em 30 de março de 2010 no valor de R\$ 69.504. Estes ativos estão relacionados, basicamente, aos serviços de terraplanagem do terreno onde está sendo construída a planta de unidade de Poliolefinas, e aos serviços técnicos de engenharia e a respectiva mão de obra especializada para a construção da referida planta.

Durante o exercício de 2010 a Sociedade realizou investimentos diretos, por meios de contratos de prestação de serviços técnicos e de engenharia que somaram R\$ 91.263. Em 23 de dezembro de 2011 a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras efetuou novo aporte de capital com bens, pelo valor de custo contábil no montante de R\$ 342.399.

Durante o exercício de 2012 não houve capitalizações, tendo ocorrido apenas o reconhecimento de R\$ 34, referentes a ISS retidos sobre prestação de serviços ligados as obras em andamento.

A movimentação ocorrida no montante de R\$ (45.883), que para fins de comparabilidade está sendo apresentada como transferência no ano de 2011, refere-se à reclassificação para impostos a recuperar não circulante de valores de PIS e COFINS aportados em 2010 e 2009 que estavam classificados como imobilizações em andamento.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**JOSÉ CARLOS COSENZA**  
 Presidente

**PAULO CEZAR AMARO AQUINO**  
 Conselheiro

**CLAUDIO ROMEO SCHLOSSER**  
 Conselheiro

**LUIZ AUTRAN PIRES RIBEIRO** - Contador - CRC-RJ 074841/O-2

## DIRETORIA

**NILO CARVALHO VIEIRA FILHO**  
 Diretor-Presidente

**SÉRGIO MARTINS BEZERRA**  
 Diretor

**LAERTE ROCHA PIRES**  
 Diretor

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas

### Comperj Poliolefinas S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Comperj Poliolefinas S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPERJ POLIOLEFINAS S.A.**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de 01/02/2013, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	<u>Imobilizações em andamento</u>
<b>Custo do imobilizado bruto</b>	
Saldo em 1º de janeiro de 2011.....	297.458
Integralização de capital com bens do ativo imobilizado.....	342.399
Baixas.....	(354)
Transferência para o ativo não circulante.....	(45.883)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011.....</b>	<b>593.620</b>
Adições por transferência.....	34
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012.....</b>	<b>593.654</b>

## 7 REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A Sociedade não possui pessoal próprio e, desta forma, nos exercícios de 2012 e 2011 não foram pagas remunerações a empregados, nem a dirigentes.

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 8.1 Capital social

Em 30 de março de 2010 o Conselho de Administração aprovou novo aumento de capital com emissão de novas ações, sendo a integralização de R\$ 69.504 em bens e R\$ 10.300 em espécie. Em 30 de junho, em 30 de setembro e em 30 de dezembro de 2010 foram integralizadas em espécie R\$ 32.450, R\$ 32.700 e R\$ 27.030, respectivamente.

Em 23 de dezembro de 2011 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou novo aumento de capital em bens sendo integralizado R\$ 342.399.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social era de R\$ 651.075 totalmente integralizado e composto de 65.108 lotes de mil ações.

### 8.2 Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do capital social.

### 8.3 Dividendos

O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei. Os dividendos propostos foram destacados de patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício.....	30	143
Constituição de reserva legal.....	(2)	(7)
Lucro básico para determinação dos dividendos.....	<u>28</u>	<u>136</u>
Dividendos propostos, equivalente a 25% do lucro básico.....	<u>7</u>	<u>34</u>
Dividendo adicional proposto.....	<u>21</u>	<u>-</u>
Reserva de retenção de lucros.....	<u>-</u>	<u>102</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a parcela remanescente do saldo de lucros acumulados no valor de R\$ 102 foi destinada a constituição de reserva de retenção de lucros, de acordo com o orçamento de capital proposto no plano de negócio da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 123, composto de R\$ 21 relativos ao lucro líquido apurado no exercício de 2012 e R\$ 102 classificados em 2011 como reserva de retenção de lucros em 2011, foram registrados como dividendo adicional proposto conforme Interpretação 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendo (ICPC08), já que a Sociedade não possui orçamento de capital aprovado para o próximo exercício.

## 9 COBERTURA DE SEGUROS

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade possui cobertura de responsabilidade civil por danos a terceiros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

### 10.1 Riscos associados

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Administração avalia que os riscos de crédito associados a esses ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

### 10.2 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

**Patricio Marques Roche**  
 Contador  
 CRC 1RJ081115/O-4

**PricewaterhouseCoopers**  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2013

**AMÓS DA SILVA CANCIO**  
 Presidente do Conselho Fiscal

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2013  
**ADRIANO PEREIRA DE PAULA**  
 Conselheiro

**MARIA ROMA DE FREITAS**  
 Conselheira